

## **8ª COMISSÃO PERMANENTE DE MOBILIDADE E SEGURANÇA**

### **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO E PARAGEM NA VIA PÚBLICA, APROVADO PELA DELIBERAÇÃO Nº 47/AM/2013**

A)

Na sua sessão de 13 de abril de 2016, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por maioria (com 11 votos a favor, do PS, dos Independentes e do PCP, e com 3 abstenções, do PSD e do CDS), a Proposta nº 154/2016, subscrita pelo Vereador Manuel Salgado, visando aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lisboa um conjunto de alterações ao Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública (RGEPVP).

Recebida na Mesa da Assembleia Municipal a Proposta nº 154/2016, foi a mesma agendada para discussão na generalidade na 115ª reunião ordinária, realizada em 19 de julho de 2016, o que ocorreu como previsto, tendo o documento baixado em seguida à 8ª Comissão Permanente, para parecer, antes de ser submetido de novo ao plenário.

Entretanto, foi esclarecido que o texto da Proposta nº 154/2016 submetido à Assembleia Municipal foi revisto e já incorpora agora os contributos apresentados pelo PSD na vereação e por ela aceites, como modificação ao texto inicial da mesma.

Por outro lado, deu entrada na Mesa da Assembleia uma proposta de alteração apresentada pelo PAN, que figura em anexo ao presente relatório, e que a 8ª Comissão entendeu apreciar em conjunto com a Proposta nº 154/2016.

B)

As alterações ao RGEVP contidas na Proposta nº 154/2016 visam, no essencial, permitir a implementação de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada em toda a cidade e a modificação dos limites das atualmente existentes, bem como das Zonas de Acesso Condicionado, e, ainda, incluir a fundamentação das atuais isenções ao Regulamento.

C)

No debate da Proposta em plenário, foi expressa uma concordância alargada dos deputados municipais que se manifestaram, em relação ao propósito principal das alterações, em particular pela possibilidade de se corrigirem distorções e constrangimentos que atualmente se verificam no estacionamento automóvel em vários territórios da cidade, e de dar resposta às insatisfações que são transmitidas recorrentemente por muitos moradores.

Todavia, foram também expressas por alguns deputados municipais dúvidas ou reservas quanto ao papel previsto para as Juntas de Freguesia na criação de novas ZEDL e quanto ao alcance de certas isenções previstas.

Submetida a Proposta à votação na generalidade, foi a mesma aprovada por maioria (votos a favor do PS, do PCP, do BE, do PEV, do PAN, do PNPJ e dos Independentes, e abstenções do PSD, do CDS e do MPT).

D)

No dia 20 de julho de 2016, a 8ª Comissão Permanente procedeu à audição dos serviços da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e da empresa municipal EMEL – Empresa de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EEM, acerca da Proposta nº 154/2016.

A DMMT esteve representada pela sua diretora Drª Fátima Madureira e pela jurista Drª Isabel Martins, enquanto que a EMEL foi representada pelo seu administrador Engº João Luís Dias.

As duas entidades ouvidas sublinharam que, em seu entender, as alterações ao RGEVP têm um carácter bastante limitado, pretendendo tão-só aumentar a

capacidade de resposta da EMEL às inúmeras solicitações de Juntas de Freguesia, que desejam ver implantadas ZEDL's nos seus territórios, ou corrigidos desequilíbrios no desenho das atualmente existentes. Esclareceram ainda que não se introduzem quaisquer modificações nas isenções, e só se explicitam os seus fundamentos.

Intervieram no debate, colocando questões à DMMT e à EMEL, os deputados municipais Margarida Martins (PS), João Magalhães Pereira (PSD), Maria da Graça Ferreira (PS), José Alberto Franco (Independente), João Pinheiro (PS), Floresbela Pinto (Independente), Miguel Santos (PAN) e José António Videira (PS).

A DMMT e a EMEL responderam às questões levantadas, admitindo poder ser melhorada a alteração prevista para o artº 6º do Regulamento, sublinhando que se quer criar um procedimento simples de criação de novas zonas de estacionamento mas de forma gradual e controlada, e esclarecendo que as atuais isenções previstas para os veículos da EMEL só são aplicáveis quando os mesmos se encontram em operação.

Outros temas suscitados – como a política seguida em relação aos veículos elétricos, a construção de parques de estacionamento dissuasores articulados com os transportes públicos pesados, e os espaços de estacionamento para motorizadas e para bicicletas – não obtiveram respostas conclusivas, por os representantes da DMMT e da EMEL terem considerado que transcendem o atual exercício de revisão do RGEVP, não obstante tais questões serem contempladas num futuro próximo-

E)

A Srª Diretora Municipal de Mobilidade e Transportes comprometeu-se a remeter à 8ª Comissão um novo texto para a proposta de alteração ao artº 6º do RGEVP, suscetível de acolher a preocupação expressa por vários deputados municipais de que as Juntas de Freguesias passem a ter um papel decisivo na definição das novas ZEDL's.

Tal compromisso foi satisfeito através de mail de 21 de julho de 2016, endereçado ao Presidente da 8ª Comissão, onde sugere o seguinte texto:

## Artigo 6.º

### Delimitação

1. A cidade de Lisboa é dividida em Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL) sendo que as existentes estão identificadas nas plantas que constituem o anexo II ao presente regulamento.
2. Além das zonas identificadas no anexo II podem ser implementadas outras no concelho de Lisboa, ou alteradas as existentes, mediante decisão da Câmara, sob proposta da EMEL, sendo a implementação precedida de:
  - a. Consulta pública, a realizar num prazo mínimo de 15 dias úteis, mediante publicação em Boletim Municipal, num jornal de circulação regional, e no sítio de Internet da EMEL e envio simultâneo à AML para conhecimento;
  - b. **Parecer favorável das Juntas de Freguesia competentes, no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da data da notificação para o efeito.**

Tendo em conta o enquadramento regimental de apresentação de propostas na especialidade, e que esta reformulação de proposta da CML, foi ao conhecimento do Vereador Manuel Salgado, da Administração da EMEL e das juristas que apoiam o processo, o Presidente da 8ª Comissão, em uníssono com o Relator, encaminhou esta proposta à Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, solicitando que seja submetida à sessão plenária de 26 de julho de 2016 como alteração na especialidade.

F)

Os Grupos Municipais e os Deputados Independentes representados na 8ª Comissão recomendam que a Proposta nº 154/2016, com as alterações incorporadas e as propostas do PAN sejam submetidas a votação final no Plenário, reservando para esse momento a expressão do seu sentido de voto.

O presente Relatório foi aprovado por unanimidade dos Grupos Municipais e os Deputados Independentes representados na 8ª Comissão.

Assembleia Municipal de Lisboa, 25 de julho de 2016.

O Deputado Relator



(José Alberto Franco)

O Presidente da 8ª Comissão



(João Pinheiro)